



CONTRATO Nº 037/2026
COMPRAS E SERVIÇOS COMUNS – LEI 14.233/2021
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE



PROCESSO DE ORIGEM

PREGÃO ELETRONICO: SRP Nº 020/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO: Nº 075/2025
ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 075.05/2025.



OBJETO CONTRATUAL

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA COMERCIAL PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EM GERAL, DENTRE ELES (PAREDES E PAINÉIS, COBERTURA, ESQUADRIAS, IMPERMEABILIZAÇÕES, INSTALAÇÕES HIDRÁULICAS, INSTALAÇÕES SANITÁRIAS, REVESTIMENTOS, FORROS, PAVIMENTAÇÃO, PINTURA E SERVIÇOS DIVERSOS), DE INTERESSE DIVERSAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DO MUNICÍPIO DE SENADOR LA ROCQUE - MA.



VALOR CONTRATUAL

R\$ 411.043,47 (Quatrocentos e Onze Mil, Quarenta e Três Reais e Quarenta e Sete Centavos).



VIGÊNCIAS CONTRATUAL

INICIAL: 05/05/2026
FINAL: 05/05/2027



DADOS DO CONTRATANTE

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, CNPJ nº 14.091.765/0001-99

Logradouro Av. Mota e Silva Número S/N, Bairro Alto da Pipira, Cidade Senador La Rocque - MA.
Contratante: Ray Sousa Alves Miranda, CPF nº 071.133.163-44, Portaria nº 001/2025.



DADOS DO CONTRATADO

IROMAR C. SILVA - CNPJ: 04.387.764/0001-32

ENDEREÇO: RUA HUMBERTO DE CAMPOS, Nº 812, LETRA B, BAIRRO CENTRO

AMARANTE MARANHÃO CEP. Nº 65.923-000

TELEFONE: 99 98412-2625

E-MAIL: IROMARCSILVA@GMAIL.COM

IROMAR CUSTODIO SILVA - CPF:782.407.273-87 - RG: 000055490096-3 SESP/MA



FISCAL DO CONTRATO

Fiscal de Contrato: Gleidson Sousa Ferreira nº 1227179.

PREÂMBULO

Aos 05 de maio de 2026, a Prefeitura Municipal de Senador La Rocque – MA, através do **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**, inscrita no CNPJ nº **14.091.765/0001-99** em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 na presença de testemunhas abaixo nomeadas acordam em assinar o presente **TERMO DE CONTRATO**, decorrente do Processo de Contratação em epígrafe, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E DA VINCULAÇÃO (art. 92, I e II)

1.1 – O presente instrumento tem por objeto a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA COMERCIAL PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EM GERAL, DENTRE ELES (PAREDES E PAINÉIS, COBERTURA, ESQUADRIAS, IMPERMEABILIZAÇÕES, INSTALAÇÕES HIDRÁULICAS, INSTALAÇÕES SANITÁRIAS, REVESTIMENTOS, FORROS, PAVIMENTAÇÃO, PINTURA E SERVIÇOS DIVERSOS), DE INTERESSE DIVERSAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DO MUNICÍPIO DE SENADOR LA ROCQUE - MA., de acordo com as especificações e condições definidas no Termo de Referência e em conformidade com a proposta de preço apresentada pela CONTRATADA.**

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PREÇO (art. 92, V)

2.1 – O valor do presente Contrato é de **R\$ 411.043,47 (Quatrocentos e Onze Mil, Quarenta e Três Reais e Quarenta e Sete Centavos)**, em conformidade com a proposta apresentada pela **CONTRATADA**, conforme quadro abaixo:

Item	Descrição	Unidade	Quant.	V. Unit.	Total
8	Carro de mão em ferro com pneu e camara com capacidade mínima de 55 litros	Unidades	10	R\$ 138,64	R\$ 1.386,40
147	Tijolo de cerâmica 6 furos 25x9x17cm	Unidades	10000	R\$ 1,16	R\$ 11.600,00
150	Telha de Fibra Amianto 2,44 x 0,50 4mm	Unidades	100	R\$ 24,65	R\$ 2.465,00
158	Dobradiça galvanizada 3 1/2	Pares	50	R\$ 3,99	R\$ 199,50
159	Dobradiça galvanizada 3x3 1/2	Pares	50	R\$ 4,65	R\$ 232,50
160	Dobradiça galvanizada 3/3	Pares	50	R\$ 7,68	R\$ 384,00
161	Dobradiça polida 3x3/2	Pares	42	R\$ 12,01	R\$ 504,42
162	Dobradiça polida 4'	Pares	50	R\$ 10,04	R\$ 502,00
163	Dobradiça polida 3'	Pares	50	R\$ 10,26	R\$ 513,00
164	Ferrolho galvanizado 5"	Unidades	50	R\$ 9,10	R\$ 455,00
165	Ferrolho galvanizado 3"	Unidades	100	R\$ 9,60	R\$ 960,00
166	Ferrolho galvanizado 2"	Unidades	100	R\$ 4,46	R\$ 446,00
167	Ferrolho chato 3"	Unidades	100	R\$ 8,14	R\$ 814,00
168	Ferrolho chato 4"	Unidades	100	R\$ 5,89	R\$ 589,00
169	Ferrolho chato 5"	Unidades	100	R\$ 13,12	R\$ 1.312,00
170	Porta de compensado 2,10X0,60 M	Unidades	100	R\$ 119,36	R\$ 11.936,00
174	Portal de madeira 2,10X0,80 M	Unidades	50	R\$ 135,87	R\$ 6.793,50
175	Porta sanfonada de PVC 2,10X0,62 M	Unidades	20	R\$ 92,16	R\$ 1.843,20
176	Porta sanfonada de PVC 2,10X0,70 M	Unidades	20	R\$ 100,12	R\$ 2.002,40



177	Porta sanfonada de PVC 2,10X0,80 M	Unidades	20	R\$ 92,73	R\$ 1.854,60
178	Porta de madeira 2,10X0,60 M	Unidades	20	R\$ 184,14	R\$ 3.682,80
179	Porta de madeira 2,10X0,70 M	Unidades	20	R\$ 161,84	R\$ 3.236,80
180	Porta de madeira 2,10X0,80 M	Unidades	50	R\$ 195,80	R\$ 9.790,00
181	Janela de ferro veneziana 1MX1,20M	Unidades	36	R\$ 456,39	R\$ 16.430,04
182	Janela de alumínio veneziana 1MX1M	Unidades	20	R\$ 217,50	R\$ 4.350,00
183	Janela de alumínio veneziana 1MX1,50M 6 FLS	Unidades	20	R\$ 449,91	R\$ 8.998,20
184	Janela de alumínio veneziana 1,20MX1,50M 3 FLS	Unidades	20	R\$ 483,80	R\$ 9.676,00
185	Janelas de madeira 1,38X1,14cm	Unidades	20	R\$ 686,62	R\$ 13.732,40
186	Janela de madeira 1,40MX1,20M	Unidades	20	R\$ 163,56	R\$ 3.271,20
188	Basculante de alumínio 40X60CM	Unidades	20	R\$ 63,84	R\$ 1.276,80
190	Basculante de alumínio 50X50	Unidades	20	R\$ 63,13	R\$ 1.262,60
191	Cal para pintura pacote com 5kg	Sacos	80	R\$ 10,85	R\$ 868,00
193	Selador acrílico 3,6L	Galões	50	R\$ 41,51	R\$ 2.075,50
195	Massa corrida PVA 3,6L	Galões	50	R\$ 19,83	R\$ 991,50
196	Massa acrílica 18L	Latas	100	R\$ 99,35	R\$ 9.935,00
197	Massa acrílica 3,6L	Galões	20	R\$ 47,01	R\$ 940,20
201	Esmalte sintético 3,6L	Galões	50	R\$ 45,98	R\$ 2.299,00
203	Selador para madeira 3,6L	Galões	22	R\$ 94,98	R\$ 2.089,56
204	Selador para madeira 0,900ml	Latas	22	R\$ 35,19	R\$ 774,18
205	Verniz copal para madeira 3,6L	Galões	30	R\$ 84,25	R\$ 2.527,50
224	Tinta para piso 18L	Latas	50	R\$ 246,96	R\$ 12.348,00
227	Tinta spray metálico 400ML	Unidades	22	R\$ 20,43	R\$ 449,46
231	Bisnaga corante para tintas 50ML	Unidades	100	R\$ 6,15	R\$ 615,00
232	Vaso sanitário convencional	Unidades	20	R\$ 282,77	R\$ 5.655,40
233	Vaso sanitário convencional acoplado	Unidades	20	R\$ 388,18	R\$ 7.763,60
235	Engate flexível em pvc 40cm	Unidades	30	R\$ 8,13	R\$ 243,90
241	Tubo/cano para descarga em pvc 40mm	Unidades	20	R\$ 13,69	R\$ 273,80
242	Vedanel anel de vedação para bacia sanitária	Unidades	30	R\$ 6,66	R\$ 199,80
243	Lavatório de banheiro com coluna em marmore	Unidades	50	R\$ 213,59	R\$ 10.679,50
246	Pia em inox 1.60 metros	Unidades	20	R\$ 238,01	R\$ 4.760,20
247	Válvula comum para lavatório em pvc	Unidades	20	R\$ 7,16	R\$ 143,20
248	Válvula de lavatório/pia em inox	Unidades	20	R\$ 21,87	R\$ 437,40
249	Parafuso para vaso sanitário 10mm	Unidades	50	R\$ 3,03	R\$ 151,50
250	Caixa d'água em Polietileno 310L	Unidades	10	R\$ 223,33	R\$ 2.233,30
251	Caixa d'água em Polietileno 500L	Unidades	20	R\$ 265,96	R\$ 5.319,20
252	Caixa d'água em Polietileno 1000L	Unidades	10	R\$ 378,06	R\$ 3.780,60
253	Caixa d'água em Polietileno 2000L	Unidades	5	R\$ 935,54	R\$ 4.677,70
254	Caixa d'água em Polietileno 3000L [COTA AMPLA CONCORRÊNCIA]	Unidades	10	R\$ 2.487,06	R\$ 24.870,60
256	Caixa d'água em Polietileno 5000L [COTA AMPLA CONCORRÊNCIA]	Unidades	10	R\$ 3.235,98	R\$ 32.359,80



257	Caixa d'água em Polietileno 5000L [COTA RESERVADA ME/EPP]	Unidades	4	R\$ 3.235,98	R\$ 12.943,92
258	Caixa d'água em Polietileno 10.000L [COTA AMPLA CONCORRÊNCIA]	Unidades	5	R\$ 3.928,83	R\$ 19.644,15
259	Caixa d'água em Polietileno 10.000L [COTA RESERVADA ME/EPP]	Unidades	2	R\$ 3.928,83	R\$ 7.857,66
261	Azulejo tipo revestimento para parede 15x15	Metros	60	R\$ 59,04	R\$ 3.542,40
262	Argamassa colante ciii 20kg	Sacos	90	R\$ 42,55	R\$ 3.829,50
264	Espaçador de cerâmica/piso 2mm 100un	Pacotes	25	R\$ 10,56	R\$ 264,00
266	Cola branca pva 1kg	Unidades	5	R\$ 36,87	R\$ 184,35
267	Valvula de descarga em metal cromado bitola 1/2	Unidades	10	R\$ 106,26	R\$ 1.062,60
268	Manta liquida impermeabilizante 3,6L	Galões	20	R\$ 73,57	R\$ 1.471,40
272	Ducha higiênica cromada 1/2 1,20m	Unidades	5	R\$ 50,43	R\$ 252,15
273	Porta papel higiênico inox	Unidades	10	R\$ 67,08	R\$ 670,80
274	Porta sabonete tipo saboneteira em inox para fixação em parede	Unidades	10	R\$ 24,06	R\$ 240,60
275	Chuveiro/ducha simples não elétrico em plástico	Unidades	10	R\$ 8,90	R\$ 89,00
276	Chuveiro/ducha cromado simples	Unidades	5	R\$ 52,97	R\$ 264,85
277	Curva em PVC soldável 20 mm	Unidades	12	R\$ 2,68	R\$ 32,16
278	Curva em PVC soldável 25 mm	Unidades	12	R\$ 3,68	R\$ 44,16
282	Tubo soldável 50mm	Unidades	200	R\$ 80,42	R\$ 16.084,00
290	Tubo esgoto 50mm pvc	Unidades	50	R\$ 58,86	R\$ 2.943,00
291	Tubo esgoto 40mm em pvc	Unidades	50	R\$ 30,06	R\$ 1.503,00
292	Conexão hidráulica soldável 60mm	Unidades	50	R\$ 43,67	R\$ 2.183,50
293	Conexão hidráulica soldável 20mm	Unidades	50	R\$ 9,06	R\$ 453,00
294	Conexão hidráulica soldável 40mm	Unidades	50	R\$ 9,38	R\$ 469,00
295	Joelho liso soldável conexão hidráulica 50mm	Unidades	60	R\$ 7,74	R\$ 464,40
297	Joelho LR em PVC 90º 25mm	Unidades	70	R\$ 4,09	R\$ 286,30
298	Joelho LR em PVC 90º 20mm	Unidades	70	R\$ 1,93	R\$ 135,10
299	Bucha de redução soldável 60 x 25mm	Unidades	20	R\$ 8,01	R\$ 160,20
300	Bucha de redução soldável 50 x 20mm	Unidades	100	R\$ 4,09	R\$ 409,00
301	Tê soldável 60mm liso	Unidades	100	R\$ 10,21	R\$ 1.021,00
302	Tê soldável 50mm liso	Unidades	100	R\$ 6,39	R\$ 639,00
306	Joelho esgoto 40mm	Unidades	100	R\$ 2,79	R\$ 279,00
308	Joelho esgoto 75mm	Unidades	50	R\$ 6,39	R\$ 319,50
309	Joelho esgoto 100mm	Unidades	100	R\$ 6,78	R\$ 678,00
311	Joelho esgoto 200mm	Unidades	100	R\$ 78,54	R\$ 7.854,00
312	Tê para esgoto 40mm	Unidades	100	R\$ 5,09	R\$ 509,00
314	Tê para esgoto 75mm	Unidades	50	R\$ 10,47	R\$ 523,50
317	Tê para esgoto 200mm	Unidades	20	R\$ 101,62	R\$ 2.032,40
318	Luva lisa soldável 20mm	Unidades	100	R\$ 2,37	R\$ 237,00
321	Luva lisa soldável 40mm	Unidades	20	R\$ 7,56	R\$ 151,20
322	Luva lisa soldável 50mm	Unidades	100	R\$ 12,39	R\$ 1.239,00



323	Luva lisa soldável 60mm	Unidades	40	R\$ 12,11	R\$ 484,40
324	Luva de esgoto 40mm	Unidades	20	R\$ 5,26	R\$ 105,20
325	Luva de esgoto 50mm	Unidades	40	R\$ 4,41	R\$ 176,40
326	Luva de esgoto 75mm	Unidades	25	R\$ 8,05	R\$ 201,25
327	Luva de esgoto 100mm	Unidades	40	R\$ 15,21	R\$ 608,40
329	Adaptador PVC de 20mm	Unidades	100	R\$ 6,60	R\$ 660,00
330	Adaptador PVC de 32mm	Unidades	50	R\$ 10,89	R\$ 544,50
331	Adaptador PVC de 40mm	Unidades	50	R\$ 12,29	R\$ 614,50
332	Adaptador PVC de 50mm	Unidades	50	R\$ 9,95	R\$ 497,50
333	Adaptador PVC de 60mm	Unidades	20	R\$ 8,68	R\$ 173,60
334	Adesivo PVC incolor, com 17g	Unidades	100	R\$ 8,88	R\$ 888,00
335	Adesivo PVC incolor, com 75g	Unidades	100	R\$ 6,92	R\$ 692,00
336	Lamina serra de aço 24 dentes	Unidades	50	R\$ 9,97	R\$ 498,50
337	Arco de serra regulável profissional 12"	Unidades	20	R\$ 40,40	R\$ 808,00
340	Torneira de lavatório branca	Unidades	50	R\$ 10,78	R\$ 539,00
344	Registro de pressão inox 20mm	Unidades	20	R\$ 31,97	R\$ 639,40
351	Disco corte para madeira 110mm	Unidades	10	R\$ 29,27	R\$ 292,70
358	Parafuso c/ Bucha nº 6mm	Unidades	300	R\$ 0,31	R\$ 93,00
359	parafuso c/ Bucha nº 8mm	Unidades	70	R\$ 0,94	R\$ 65,80
361	Canaleta PVC 40X10X2000 C/ Fita adesiva	Unidades	15	R\$ 20,74	R\$ 311,10
362	Mangueira Corrugada Amarela 1/2"	Metros	350	R\$ 1,20	R\$ 420,00
363	Dimmer tipo controle ventilador rotativo 220V	Metros	24	R\$ 39,13	R\$ 939,12
364	Cabo de alumínio duplex 2x10mm	Metros	350	R\$ 2,70	R\$ 945,00
365	Cimento CII para uso geral embalagem com 50kg [COTA AMPLA CONCORRÊNCIA]	Sacos	400	R\$ 40,13	R\$ 16.052,00
366	Cimento CII para uso geral embalagem com 50kg COTA RESERVADA ME/EPP]	Sacos	100	R\$ 40,13	R\$ 4.013,00
367	Brita 1 rocha triturada	Metros Cúbicos	25	R\$ 151,02	R\$ 3.775,50
369	Barra de ferro 4.2mm	Barras	40	R\$ 14,01	R\$ 560,40
370	Barra de ferro 5.0mm	Unidades	40	R\$ 17,09	R\$ 683,60
371	Barra de ferro tipo vergalhão 1/4	Unidades	40	R\$ 16,85	R\$ 674,00
373	Barra de ferro tipo vergalhão 3/8	Unidades	20	R\$ 44,45	R\$ 889,00
374	Barra de ferro tipo vergalhão 1/2	Unidades	20	R\$ 61,41	R\$ 1.228,20
375	Treliça em aço 6m	Unidades	110	R\$ 52,34	R\$ 5.757,40
376	Coluna de ferro armada 3/8 4 ferros 6m	Unidades	32	R\$ 129,42	R\$ 4.141,44
378	Coluna de ferro armada 5/16	Unidades	50	R\$ 142,86	R\$ 7.143,00
				V. Total	R\$ 411.043,47

2.2 – No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.



2.3 – O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente executados.

2.3 – São anexos a este instrumento e vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

2.3.1 – O Termo de Referência que embasou a contratação, em especial as cláusulas específicas quanto a forma de execução do objeto;

2.3.2 – Edital de Licitação e/ou Aviso de Contratação Direta, conforme o caso;

2.3.3 – A Proposta do Contratado;

2.3.4 – Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO

3.1 – O prazo de vigência da contratação terá início na data de 05/05/2026 e encerramento em 05/05/2027, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021, e, em caso de **SERVIÇOS E FORNECIMENTOS CONTÍNUOS**, poderão ser prorrogáveis por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.1.1 – O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas neste instrumento.

4.1.2 – A prorrogação de que trata esse item é condicionada à avaliação, por parte do Gestor do Contrato, da vantajosidade da prorrogação, a qual deverá ser realizada motivadamente, com base no Histórico de Gestão do Contrato, nos princípios da manutenção da necessidade, economicidade e oportunidade da contratação, e nos demais aspectos que forem julgados relevantes.

3.2 – O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

3.3 – Em caso de prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

3.4 – O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

CLÁUSULA QUARTA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

4.1 – O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUINTA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

5.1 – O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, parte integrante a este Contrato.

CLÁUSULA SEXTA – DO REAJUSTE (art. 92, V)

6.1 – Os preços inicialmente contratados são fixos e irremovíveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado constante do processo administrativo que deu origem ao presente termo de contrato.

6.2 – Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo **CONTRATANTE**, do Índice Índice Geral de Preços de Mercado – IGP-M, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

6.3 – Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o intervalo mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

10.4 – No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o **CONTRATANTE** pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

6.5 – Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).



10.6 – Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

6.7 – Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

10.8 – O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DO OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

7.1 – Quando o presente instrumento tratar de informações pessoais, as partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão deste contrato administrativo, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

7.2 – Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

7.3 – É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

7.4 – A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de sub-operação firmados ou que venham a ser celebrados pelo **CONTRATADO**.

7.5 – Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

7.6 – É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

7.7 – O **CONTRATADO** deverá exigir de sub operadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

7.8 – O **CONTRATANTE** poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o **CONTRATADO** atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

7.9 – O **CONTRATADO** deverá prestar, no prazo fixado pelo **CONTRATANTE**, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

7.10 – Bancos de dados eventualmente formados a partir de deste instrumento contratual, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

7.10.1 – Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

7.11 – O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

7.12 – Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

CLÁUSULA OITAVA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

8.1 – As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Senador La Rocque deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

UNIDADE: 0401 – Fundo Municipal de Saúde.

CLASSIFICAÇÃO: 10 301 0041 2.091 – Manutenção Do Fundo Municipal De Saúde.

NATUREZA DA DESPESA: 3.3.90.30.00 – Material de Consumo.



8.2 – A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

- 9.1 – Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;
- 9.2 – Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência.
- 9.3 – Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas.
- 9.4 – Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado.
- 9.5 – Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.
- 9.6 – Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato.
- 9.7 – Cientificar o órgão de representação judicial da Procuradoria desta administração para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado.
- 9.8 – Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- 9.8.1 – A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- 9.9 – Responder eventuais pedidos de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias.
- 9.10 – Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais, nos termos do §4º, do art. 137, da Lei nº 14.133, de 2021.
- 9.11 – A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

- 10.1 – O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e Termo de Referência, parte integrante a este Contrato, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas.
- 10.2 – Em casos de fornecimento de equipamentos, entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada.
- 10.3 – Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990).
- 10.4 – Comunicar ao **CONTRATANTE**, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da execução, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.
- 10.5 – Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados.
- 10.6 – Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.
- 10.7 – Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo **CONTRATANTE**, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos.



10.8 – A empresa **CONTRATADA** deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos relacionados na Ordem de Fornecimento/Serviço.

10.9 – Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao **CONTRATANTE**;

10.10 – Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

10.11 – Paralisar, por determinação do **CONTRATANTE**, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

10.12 – Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação, ou para qualificação, na contratação direta;

10.13 – Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116);

10.14 – Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único);

10.15 – Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

10.16 – Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

10.17 – Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do **CONTRATANTE**.

10.18 – Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência.

10.19 – Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato.

10.20 – Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local da execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

10.21 – Submeter previamente, por escrito, ao **CONTRATANTE**, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênera.

10.22 – Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

11.1 – Para os contratos por escopo, assim considerados os contratos nos quais se impõe ao **CONTRATADO** o dever de realizar a execução de objeto específico em um período predeterminado, a extinção contratual se dará nos seguintes termos:

11.1.1 – Quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.



11.1.2 – Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato:

11.1.2.1 – Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do **CONTRATADO**;

- a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas;
- b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotar as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

11.2 – Em se tratando de objeto de natureza contínua a extinção se dará quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

11.2.1 – O contrato pode ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o **CONTRATANTE**, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

11.2.2 – A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo **CONTRATANTE** nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

11.2.3 – Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

11.3 – O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

11.3.1 – Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

11.3.2 – A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

11.3.2.1 – Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

11.4 – O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

- 11.4.1 – Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- 11.4.2 – Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- 11.4.3 – Indenizações e multas.

11.5 – A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

11.6 – O contrato poderá ser extinto caso se constate que o **CONTRATADO** mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

12.1 – Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;



- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.2 – Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

- i) **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- ii) **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- iii) **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

b) **Multa** de:

- i) **Moratória** de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;
- ii) **Moratória** de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso injustificado, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia, quando exigida no Termo de Referência, parte integrante a este Contrato.
 - a. O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.
- iii) **Compensatória**, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 12.1, de 20% a 30% do valor do Contrato.
- iv) **Compensatória**, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “a”, “b”, “c” e “d” do subitem 12.1, de 1% a 30% do valor do Contrato.

12.3 – A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao **CONTRATANTE** (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.4 – Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.4.1 – Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.5 – Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo **CONTRATANTE** ao **CONTRATADO**, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, quando exigida, ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.6 – Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

12.5 – A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao **CONTRATADO**, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.5 – Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o **CONTRATANTE**;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.



12.7 – Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

12.8 – A personalidade jurídica do **CONTRATADO** poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o **CONTRATADO**, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.9 – O **CONTRATANTE** deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161).

12.10 – As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

12.11 – Os débitos do **CONTRATADO** para com a Administração **CONTRATANTE**, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII)

13.1 – As regras acerca da prestação de garantia na presente contratação são as estabelecidas no Termo de Referência, parte integrante a este Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES

14.1 – Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2 – O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.3 – As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica da **CONTRATANTE**, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

14.4 – Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS

15.1 – Os casos omissos serão decididos pelo **CONTRATANTE**, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – SUBCONTRATAÇÃO

16.1 – As regras para subcontratação do objeto deste instrumento de contrato constam no Termo de Referência, parte integrante deste Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS



17.1 – O presente contrato é regido pela Lei 14.133/21 e demais diplomas legais.

17.2 – Incumbirá ao **CONTRATANTE** divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

17.3 – Fica eleito o Foro da Comarca de Senador La Rocque - MA, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

Senador La Rocque – MA, 05 de maio de 2026.

ASSINATURAS

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE

Ray Sousa Alves Miranda
Portaria nº 001/2025

CONTRATANTE

IROMAR C. SILVA - CNPJ: 04.387.764/0001-32

IROMAR CUSTODIO SILVA

CPF: 782.407.273-87

RG: 000055490096-3 SESP/MA

CONTRATADA

TESTEMUNHAS

NOME:

NOME: